VI Encontro Discente de História da UFRGS

ISSN 1984-5634

Uma Cruzada dos Emergentes? O horizonte intelectual e diplomático de uma liderança internacional do Brasil e as perspectivas de uma concorrência egípcia na África (1956-1963)

Mateus José da Silva Santos[1]

Universidade Federal de Pelotas

Em 1956, o então diplomata Adolpho Justo Bezerra de Menezes publicou a primeira edição de *O Brasil e o Mundo* Ásio-*Africano*, defendendo a existência de um processo gradual de mudança na inserção internacional do país na direção dos Estados recém-independentes ou em vias de libertação durante a segunda metade daquela década. Como um dos fundamentos principais de sua posição, a crença de um cenário oportuno para o aumento da influência brasileira sobre os novos atores no interior de um cenário internacional em transformação conciliava com um diagnóstico acerca do declínio da influência das principais potências ocidentais diante dos desacertos frente ao relacionamento com os povos afroasiáticos e a valorização de uma suposta excepcionalidade brasileira, estruturada a partir do reconhecimento de supostas características históricas, sociais e culturais que credenciariam o país a ocupar o lugar geopolítico deixado pelos estados europeus e defender os novos Estados diante das ameaças ao legado ocidental na região.

A perspectiva de uma liderança internacional do Brasil a partir da construção de uma zona de influência sobre os Estados africanos emergiria como objeto de dissenso acerca do presente e futuro das relações exteriores do país. Em meio às críticas quanto aos marcos mais gerais da inserção do país no sistema mundial contemporâneo, diferentes olhares sobre os ritmos e as naturezas das transformações em nível doméstico e externo entre os anos 1950 e 1960 convergiam acerca da necessidade de mudança diante de uma ação internacional prioritariamente ocidental e hemisférica, sem desconhecer os esforços de mundialização e multilateralização registrados após o retorno de Vargas ao governo

EDITOR-CHEFE:
Elisa Schneider Venzon

EDITORA-GERENTE:
Leandro Ferreira Souza

COMO CITAR:
Santos, M. J. S. Uma Cruzada dos Emergentes? O horizonte intelectual e diplomático de uma liderança internacional do Brasil e as perspectivas de uma concorrência egípcia na África (1956-1963). *Aedos*, Porto Alegre,v.16,n.35,p.125-132,jan.–jun., 2024.

https://seer.ufrgs.br/aedos/

1 Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7726-6136. E-mail para contato: mateus_santos29@hotmail.com.

Nesse exercício, figuras como o diplomata Bezerra de Menezes e o intelectual Eduardo Portella traçaram alguns panoramas acerca dos limites e das possibilidades de ampliação da presença brasileira no continente africano, envolvendo o desenvolvimento de estratégias institucionais de ação, a valorização das supostas credenciais do país e a identificação dos possíveis desafios internos e externos para a materialização de uma liderança (SANTOS, 2022). Constituindo um objeto de inquietação a partir dessas e de outras perspectivas otimistas acerca dos possíveis novos sentidos da projeção do país na direção do Terceiro Mundo, a identificação de uma crescente influência egípcia assumia complexos contornos, transitando entre uma leitura relativamente diversificada acerca das relações internacionais africanas em meio ao avanço das independências políticas e a reafirmação da utopia brasileira, reivindicada, em nome do Ocidente, como uma espécie de batalha pela preservação de determinadas características socioculturais que fundamentaram as relações entre europeus, americanos e africanos desde a idade moderna.

Assim, propõe-se a partir desse texto uma releitura acerca dos sentidos de uma liderança internacional do Brasil a partir das perspectivas de Eduardo Portella e Adolpho Justo Bezerra de Menezes, analisando a dinâmica envolvendo os esforços de naturalização de uma presença do país no continente negro *versus* a produção de leituras realistas acerca do complexo quadro interno e externo que caracterizava a África no Pós-Guerra. Nos traçados de uma espécie de "cruzada" envolvendo dois atores emergentes, brasileiros e egípcios estabeleceriam o desenho de um conflito de caráter geopolítico e cultural, mobilizado pelo complexo entre a concretização das aspirações brasileiras e o suposto engajamento egípcio nas relações exteriores a partir da conjunção entre o interesse individual de seu líder, Gamal Abdel Nasser, e uma causa coletiva, o desenvolvimento de uma nova onda de expansão do islã no continente.

DESAFIOS DE FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA PEB DIANTE DE UM BRASIL EM TRANSFORMAÇÃO: DE VARGAS À GOULART (1950-1964)

Os anos posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial marcariam o início de um longo e complexo processo de transformação na Política Externa. Os limites existentes nos esforços de instrumentalização de uma suposta aliança privilegiada com os EUA durante os anos de governo de Eurico Gaspar Dutra, associados com os primeiros sinais de mudança em nível externo, estimularam o desenvolvimento de um debate acerca dos rumos da inserção internacional do país. Nesse ambiente, o reconhecimento das mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas sofridas pelo Brasil se apresentavam como uma espécie de vetor de uma possível mudança na PEB:

> Ao longo dos anos 1950, acelerava-se a transformação da sociedade brasileira rumo à industrialização e à urbanização. A expansão e consolidação de novos segmentos sociais, como a burguesia industrial, as classes médias e o operariado urbano refletiam-se na estrutura de poder, formando a base do regime populista. Um dos corolários deste é o nacionalismo, fenômeno ligado tanto à legitimação interna quanto à política exterior. Este nacionalismo possui um significado e coerência específicos, atuando como elemento decisivo, tanto quando constituía uma política oficial do Estado, como quando funcionava como elemento de oposição a governos 'cosmopolitas', após o suicídio de Vargas. (VIZENTINI, 2004, p. 12-13)

Nesse quadro de mudança no interior da sociedade brasileira, a trajetória da Política Externa foi marcada pela emergência de novas demandas de classe e por um processo de readequação que envolvia a construção de diferentes perspectivas acerca das estratégias mais gerais de ação externa, atribuição de um caráter estratégico às relações exteriores para o alcance de agendas como modernização, desenvolvimento e segurança nacional, além de questionamentos quanto aos atores envolvidos direta ou indiretamente no processo de formulação da PEB. Em relação ao cenário doméstico, um gradativo processo de ampliação do debate sobre Política Externa no Brasil foi estimulado pelo envolvimento de diferentes atores institucionais e sociais que, ao desenvolverem análises sobre o passado, o presente e o futuro do país. Entre os militares, instituições como a Escola Superior de Guerra (ESG) se notabilizaram pela formulação e apresentação de perspectivas sobre a inserção internacional do país, imersas nos debates acerca da segurança nacional e do desenvolvimento pensado, em maior ou menor medida, atreladas à dinâmica do capitalismo internacional.

Entre os intelectuais, iniciativas que culminariam com a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) já se debruçavam criticamente acerca dos rumos mais gerais da PEB, apresentando a possibilidade do exercício de uma Não-Alinhamento nas relações externas. Ao longo da segunda metade dos anos 1950 (LESSA, 2013), obras como *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, de autoria de Hélio Jaguaribe, notabilizavam-se pelo desenvolvimento de um balanço sobre os debates acerca da Política Externa no Brasil, apontando para um quadro de crise no Itamaraty diante da emergência de novos atores interessados pelos rumos da inserção internacional e pelas dificuldades de reorientação da ação externa diante das mudanças nos planos doméstico e externo. Além dos intelectuais isebianos, outros sujeitos protagonizaram o debate sobre as relações exteriores, estimulados tanto pelo advento de novas instituições a partir do Estado como o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), do qual Eduardo Portella fora um de seus diretores na primeira metade dos anos 1960, quanto a partir de outras movimentações como a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) alguns anos antes.

No ambiente diplomático, um conjunto de reformas administrativas e iniciativas a partir do Estado ao longo da primeira metade do século XX encaminharam o Itamaraty para o aprofundamento de sua institucionalização e burocratização (CHEIBUB, 1984). Diante das preocupações quanto à possível abertura social no ingresso para a ocupação de postos na estrutura diplomática do país, ações como a criação do Instituto Rio Branco representava um esforço de uniformização da instituição e, de certa forma, controle institucional acerca das dinâmicas mais gerais envolvendo o Estado e a Sociedade frente aos rumos da PEB. Apesar desse esforço de relativo fechamento, sujeitos como Adolpho Justo Bezerra de Menezes constituíam parte de uma nova geração de diplomatas que almejavam ir além do serviço burocrático (LIMA, 2020), incidindo sobre os debates acerca dos rumos das relações exteriores.

E como se desenvolveram as relações exteriores do Brasil nesse contexto? A partir do diagnóstico acerca do caráter oscilatório da PEB entre as décadas de 1950 e 1960, Paulo Fagundes Vizentini (2004) enxergou a existência de duas tendências mais gerais que cercaram a inserção externa do país: as expectativas quanto a retomada da estratégia de barganha frente aos EUA e o aprofundamento das tendências de mundialização e multilateralização da Política Externa, tendo como seu ponto de maturidade durante o período da chamada Política Externa Independente (PEI).

Considerando tais características, a Política Externa nos anos 1950 transitaria entre o desenvolvimento de esforços de autonomia no plano externo, sem necessariamente estabelecer um confronto direto com os EUA, e a retomada de perspectivas de valorização do alinhamento com Washington. No primeiro caso, as duas maiores expressões foram vistas nos primeiros anos do Segundo Governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e nos dois últimos anos do mandato de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Entre as principais iniciativas envolvendo o segundo período varguista estiveram o exercício de uma política pendular frente aos EUA, envolvendo a adoção de medidas que sinalizavam com a manutenção de um projeto de desenvolvimento liderado pelo Estado em associação com setores da indústria nacional quanto a manutenção de determinadas estruturas que reforçavam certa dependência do Brasil diante de Washington. Em relação aos anos finais do governo juscelinista, as dificuldades conjunturais e estruturais decorrentes dos impasses e das ambiguidades do projeto de desenvolvimento do país estimularam a produção de mudanças na PEB. Tendo como marco a criação da Operação Pan-Americana, uma série de medidas como a retomada de relações comerciais com a URSS e a abertura de representações diplomáticas no Mundo Afroasiático acenavam com mudanças mais significativas nos rumos das relações exteriores. Em meio aos períodos de busca por maior autonomia no plano externo, a fase entre o suicídio de Vargas e os dois primeiros anos do governo JK (1954-1958) constituíram o que Paulo Fagundes Vizentini classificou como um "hiato" na PEB (2004, p.12). Influenciada pelas formulações da ESG e pelo advento de segmentos antivarguistas nas estruturas do governo Café Filho, esse novo momento foi marcado pela retomada dos alinhamentos frente a Portugal e EUA, além da valorização do conflito Leste-Oeste como vetor principal de ação externa do país.

Nessa leitura acerca das mudanças na PEB entre esforços de autonomia e reforços de uma linha de ação mais tradicional, a PEI de Jânio Quadros e João Goulart representaria um aprofundamento da primeira tendência frente à segunda. Ao ser "um projeto coerente, articulado e sistemático visando transformar a atuação internacional do Brasil" (VIZENTINI, 2004, p.245), a PEI representou um conjunto de princípios e ações que visavam diversificar as relações exteriores do Brasil. Entre seus principais eixos, destacavam-se a defesa da preservação da paz, a reivindicação da não intervenção e da autodeterminação dos povos, a perspectiva de ampliação do mercado interno, a defesa da emancipação dos territórios não autônomos e a autoformulação dos planos de desenvolvimento econômico (DANTAS, 2011). Ainda que determinados princípios e teses não tenham constituído integralmente as principais características da ação do Brasil no início dos anos 1960, a PEI se destacaria pelo sentido universalizante, ampliando a dimensão da atuação internacional do país, o que lhe fizera render a simpatia de diferentes segmentos que, mesmo estabelecendo ressalvas quanto à condução da política interna com Jânio, observaram nesse novo contexto da diplomacia brasileira a possibilidade de materialização de um projeto de liderança externa.

OLHARES BRASILEIROS SOBRE O EGITO DE NASSER: O DESENHO DE UMA CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL A PARTIR DE ADOLPHO JUSTO BEZERRA DE MENEZES E EDUARDO PORTELLA

No processo de transformação da PEB entre os anos 1950 e 1960, diferentes sujeitos protagonizaram diversificados debates sobre o passado, o presente e o futuro das relações exteriores do Brasil, estabelecendo

alguns limites e possibilidades quanto à projeção externa do país a partir das demandas domésticas e as oportunidades sistêmicas. Entre os construtores de uma noção de Brasil Potência, o diplomata Adolpho Justo Bezerra de Menezes e o intelectual Eduardo Portella se destacaram pelo reconhecimento de um quadro complexo envolvendo a valorização das condições brasileiras para o exercício de uma liderança em meio aos novos Estados independentes no continente africano e o reconhecimento de atores concorrentes frente ao projeto do país.

Em obras como *O Brasil e o Mundo* Ásio-*Africano* (1956), Ásia, África e a Política Independente do Brasil (1961) e *Subdesenvolvimento e Política Internacional* (1963), o diplomata Bezerra de Menezes desenvolveu duas ideias-chave acerca das possibilidades do Brasil em se constituir enquanto um dos atores mais relevantes do sistema mundial: a) A defesa de uma política externa autônoma, que levasse em consideração os interesses e as características do país; b) A construção de uma liderança internacional do Brasil a partir de uma aproximação com os Estados Recém-Independentes na Ásia, mas principalmente na África. Sobre a primeira questão, dois eixos de ação deveriam constituir um processo gradativo de transformação na PEB. O primeiro deles, classificado como "geral e contemporâneo" constituía na afirmação da posição brasileira ao lado das potências ocidentais no âmbito da bipolaridade da Guerra Fria (MENEZES, 1956, p. 329), sem aderir às posições contrárias aos interesses independentistas dos Estados afro-asiáticos. No segundo movimento, entendido como "particular e futuro" (MENEZES, 1956, p. 329), a valorização de uma suposta excepcionalidade brasileira se traduz em vetor de inserção internacional ao propor uma "sedução das massas africanas e asiáticas por meio do uso de nossa principal arma político-diplomática – igualdade racial e social quase perfeita existente no Brasil" (MENEZES, 1956, p. 329-330).

Na expressão do chamado discurso culturalista enquanto fator de naturalização da aproximação do Brasil em relação ao continente africano,[2] a utopia da liderança internacional do Brasil a partir de Bezerra de Menezes assume um duplo caráter envolvendo a valorização da experiência histórica de formação da sociedade e do Estado brasileiro, bem como outros atributos que supostamente constituiriam aspectos de interesse para os novos atores da cena internacional:

> Que temos muitos traços de aproximação não só étnicos como espirituais com a África e com a Ásia. Que só as distâncias nos separam, pois que os ideais são os mesmos. Que somos tão anticolonialistas como qualquer outro país que tenha participado de Bandung, porquanto, se bem que o colonialato português no Brasil tenha sido dos mais brandos e patriarcais em seus aspectos sociais, no lado político e econômico, foi dos mais ríspidos e sufocantes. Que tivemos um Tiradentes, que tivemos gente degredada que também possuímos nossos mártires, nossas vítimas, nossos patriotas como qualquer outra colônia da Ásia e da África os teve e os está tendo. Que ademais de colônia de Portugal fomos vítimas também da cobiça de franceses e de holandeses que chegaram de fato a tomar e a exercer longo mando sob grandes tratos de nosso território. Que somos por índole, e já o provamos, inteiramente anti-imperialistas. Que tivemos a Banda Oriental em nossas mãos e nos curvamos às inclinações de seus habitantes; que ganhamos sangrenta e demoradas guerra e respeitamos a integridade do Paraguai; que com imensas fronteiras e considerável número de vizinhos pudemos fixá-las numa sinfonia de pacifismo e respeito mútuo, sob a batuta mágica do Rio Branco. (MENEZES, 1956, p. 330)

2 Conforme José Flávio Sombra Saraiva (1993), um dos objetivos do chamado discurso culturalista residia em atribuir às movimentações da diplomacia brasileira em direção ao continente africano como uma "consequência natural dos séculos de contatos do Brasil" com o outro lado do Atlântico (SARAIVA, 1993, p. 219).

A reivindicação de um Brasil miscigenado, harmônico e compromissado com causas como a emancipação dos povos se transformava em credenciais para a construção dos caminhos da liderança brasileira no outro lado do Atlântico. No interesse em traduzir tais condições em política de Estado, Adolpho Justo Bezerra de Menezes estabelece uma série de iniciativas de natureza governamental e não-governamental que estimulariam a aproximação do país com os novos atores afroasiáticos. No diagnóstico crítico acerca da presença ocidental nos dois continentes, marcado por uma série de fracassos e erros, estaria o Brasil em condições de estabelecer um tipo de relação distinta daquela empreendida pelas antigas potências coloniais. Contudo, além do Brasil, atores como a URSS e o Egito ofereceriam atrativos aos novos Estados. Enquanto um dos principais representantes do chamado setor muçulmano, o autor chamou atenção para a possibilidade de uma liderança egípcia sob a bandeira do islã:

> O outro setor não racista (e êsse é inegàvelmente), é o muçulmano. Essa virtude que já ajudou a expandir-se descomunal e repentinamente, há treze séculos, empresta-lhe grande importância política na formação da África moderna e na ressureição da Ásia. Em vista das práticas perigosamente ilógicas da União Sul-Africana e de outros setores coloniais onde se admira a política aparteísta, não deverá constituir surpresa se em cinquenta anos tôda a África negra estiver independente debaixo, por exemplo, da liderança egípcia e, não só independente, mas tôda ela maometana, odiando sem quartel o mundo branco e cristão. (MENEZES, 1956, p. 28)

Diante da deterioração das relações entre o Ocidente e a África Negra, Bezerra de Menezes identifica no islã, tendo como principal referencial o Egito de Nasser, um potencial ator influente sobre os rumos do continente. Ao reiterar a importância da tradução do destino brasileiro em medidas práticas para o exercício de uma liderança internacional a partir dos novos Estados independentes, o diplomata estabelece um reforço da suposta excepcionalidade brasileira ao atribuir aos árabes e ao islã um relacionamento fundamentado por práticas como a escravidão e a rapinagem em relação às sociedades africanas. Na tensão entre o reconhecimento dos vetores de aproximação entre o Egito e a África Subsaariana e a valorização das credenciais brasileiras para a ampliação de sua atuação externa, a atribuição de certo protagonismo egípcio entre os movimentos de libertação nacional e os Estados recém-independentes divide espaço quanto a crença do papel a ser cumprido pelo Brasil na condição de intérprete dos novos atores da cena internacional.

Partilhando do sentido de uma concorrência egípcia na esfera internacional, Eduardo Portella desenvolveu diferentes contribuições ao debate sobre a situação mundial e os rumos da Política Externa diante do potencial verificado acerca de uma possível projeção do país entre os novos Estados independentes. Em África: colonos e cumplices, o intelectual apontava para a necessidade de ruptura do colaboracionismo brasileiro frente ao colonialismo, conclamando a necessidade de aprofundamento das mudanças nas relações exteriores na direção do aproveitamento das condições que credenciavam o país a exercer uma espécie de "liderança cordial" entre os Afro-Asiáticos (PORTELLA, 1961, p. 145-146). Na identificação de um movimento de disputa por espaço geopolítico no continente africano, estimulado pela competição entre as superpotências, Portella também observa outras tendências, provenientes de atores com maior enraizamento histórico no continente:

> O que verificamos, porém, da parte dos intérpretes africanos é um firme propósito de preservar a unidade continental, facilmente identificável através de diferentes manifestações. Uma delas é o tradicional pan-arabismo. Impelidos por aquele "tradicional sentimento islâmico de unidade" de que nos fala Toynbee,

> os árabes se dirigem inicialmente no sentido de um pan-arabismo e depois talvez de um pan-africanismo. Os árabes, prioritariamente os egípcios, manipulados por uma sede de liderança do coronel Nasser, acreditam e confiam na islamização da África Negra. Confiam porque, a partir do século XI até hoje, é fácil notar-se um progressivo processo de islamização: êles costumam afirmar com certo orgulho que um ser humano sôbre seis é muçulmano. Os predicadores dessa islamização não escondem seu entusiasmo diante da percentagem animadora de muçulmanos observada recentemente na ex-África Occidental Francêsa: Mauritânia 99%, Niger 75%, Sudão e Guiné 60%. (PORTELLA, 1961, p.82-83)

No misto entre o interesse pessoal de Nasser e o interesse coletivo de difusão do islã pela África Negra, Eduardo Portella aponta para a importância do Egito enquanto um potencial expoente nas relações interafricanas. Se a condição de "verdadeira democracia étnica do Ocidente" (PORTELLA, 1961, p. 142) credenciaria o Brasil a exercer um papel assertivo frente aos novos Estados, oferecendo-lhes um modelo possível de formação sociocultural, do Norte do continente emergiria um desafio ao próprio horizonte brasileiro de manutenção do suposto legado Ocidental após o fim do colonialismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assumindo um caráter estratégico para a concretização das mais diferentes demandas expressas pelos atores institucionais e sociais nos tempos da Experiência Democrática Brasileira (1945-1964), a Política Externa foi objeto de interesse e debate em meio às transformações ocorridas no país e fora dele. Entre utopia e matéria, os sonhos de uma liderança internacional do Brasil se misturavam com a produção de diagnósticos realistas acerca das mudanças no cenário internacional, estabelecendo limites e possibilidades quanto ao lugar a ser ocupado pelo país na arquitetura internacional.

Nesse exercício, sujeitos como o diplomata Bezerra de Menezes e o intelectual Eduardo Portella apresentaram perspectivas que transitavam entre o otimismo quanto à materialização de uma espécie de Destino Manifesto brasileiro no cenário internacional e a cautela diante das novas movimentações registradas na política internacional. Em tais desenhos, o Egito de Nasser assumia a posição de um concorrente brasileiro na disputa por influência no continente africano, estabelecendo um desafio aos esforços de naturalização de uma presença brasileira entre os novos Estados independentes. Na atribuição da condição de dois atores regionais de relevo, brasileiros e egípcios constituíam parte de um xadrez geopolítico complexo, marcado pela emergência de novas tendências na política internacional e ampliação das aspirações de Estados do chamado Terceiro Mundo na perspectiva de incidirem sobre uma ordem em transformação.

REFERÊNCIAS

BEZERRA DE MENEZES, Adolpho Justo. *O Brasil e o Mundo* Ásio-*Africano*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1956.

BEZERRA DE MENEZES, Adolpho Justo. Ásia, África e a política independente do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

BEZERRA DE MENEZES, Adolpho Justo. *Subdesenvolvimento e Política Internacional.* Rio de Janeiro: GRD, 1963.

CHEIBUB, Zairo Borges. *Diplomacia, diplomas e política externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1984.

DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. *Política Externa Independente.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LESSA, Antônio Carlos. Hélio Jaguaribe: a geração do nacional-desenvolvimentismo. PIMENTEL, José Vicente de Sá [Ed.]. *Pensamento Diplomático Brasileiro:* formuladores e agentes da política externa (1750-1950), v.3. Brasília: FUNAG, 2013.

LIMA, Marcelo Alves de Paula. History and Engagement in the work of Bezerra de Menezes. *Contexto Internacional,* Rio de Janeiro, v.42 (1), p.103-124, Jan/Abr.2020. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/cint/a/Zq7YCtmx5dGD4CXd9KHKXrk/?lang=en>. Acesso em: 30 mar. 2023.

PORTELLA, Eduardo. África: *colonos e cúmplices*. Rio de Janeiro: Prado, 1961.

SANTOS, Mateus José da Silva. *'Das Potências Não-Alinhadas'*: *o Egito e a Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962)*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2022.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Construção e Desconstrução do Discurso Culturalista na Política Africana do Brasil. *In: Revista de informação legislativa*, Brasília, v.30, n.118, p.219-236, abr./jun. 1993. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9130/1/ARTIGO_ConstrucaoDesconstrucaoDiscurso.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2004.